



MOVIMENTO REINVENTAR

O Brasil e o Movimento Estudantil.

TESE DO MOVIMENTO REINVENTAR AO 14º CONEB DA UNE

O novo debate sobre a Reforma Universitária chega num momento de crescimento e avanço para o Brasil. Acreditamos que não é possível crescer mais sem que antes reformemos nosso sistema de ensino superior garantindo maior investimento, democracia e participação em todas as suas faces.

O crescimento brasileiro só chegará de fato quando for permitido o acesso igualitário as oportunidades de educação básica e também superior. Especificamente no campo do ensino superior acreditamos em instituições que sejam administradas para a maioria e não como ainda é hoje, mesmo após muito avanço nos últimos 10 anos, um lugar em que poucos privilegiados conhecem.

A partir de agora conheça nossa contribuição, construída por muitas mãos em vários cantos do país por jovens estudantes, trabalhadores, intelectuais que desejam REINVENTAR a educação nacional garantindo presente e futuro melhor pra todos.

Recife, Janeiro de 2013.



A Reforma Universitária para uma Universidade com a cara do Brasil

Volta e meia, em determinados momentos cruciais da História do Brasil Republicano, os debates sobre o papel da universidade para o país suscitam a disputa de projetos com força e intensidade.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, legitimado pelas correntes populares e democráticas do país, iniciava-se uma nova etapa. De fato, os movimentos sociais, mesmo com as limitações e entraves do Estado Democrático-Burguês, passaram a ter um maior diálogo e interlocução com o governo federal – ainda que nem sempre todas as agendas das diversas correntes organizadas da viessem a ser atendidas.

Ainda assim, diante dos debates sobre a democratização do Ensino Superior, estaria em marcha a formação de dois projetos de lei (7200/2006 e 5175/2009), com tímidas proposições sobre o papel da universidade pública e concentrando boa parte de suas premissas na liberdade de ensino, na descentralização e fragmentação do Ensino Superior e na sistemática regulamentação dos estabelecimentos de ensino superior privado.

O PL 7200/2006, conhecido como o “PL da UNE”, ainda que com todas as limitações, o mérito do PL 7200/2006 reside na visão nacional que a mesma possui, respeitando as especificidades regionais do Brasil, dado o perfil continental do país. Porém, ela contém pontos ambivalentes como, por exemplo, a contínua lógica da fragmentação do Ensino Superior, ao longo do projeto. Igualmente, um dos pontos controversos também está presente no seu Art. 7º, § 4º, onde há a garantia de até 30% do capital votante

das entidades ou instituições privadas de ensino superior por estrangeiros. Tal proposição presente neste PL vai à contramão da lógica nacionalista, a partir do papel estratégico das universidades para o país.

Outra crítica que apresentamos é em relação ao sucateamento do Ensino Superior, que através da modalidade do Ensino à Distância não leva em conta as especificidades regionais do Brasil e nivela por baixo a qualidade do ensino ministrado, a partir de uma visão globalizante deste tipo de ensino e com o perfil notoriamente privatista – sem o mínimo comprometimento de tal modalidade de ensino, equiparando-o de forma nefasta com o ensino presencial.

Portanto, entender o EaD como a grande bandeira de “democratização do ensino” significa, na prática, esconder o sucateamento do ensino público, ainda que com ferramentas digitais e com a inequívoca parceria com entidades privadas – majoritariamente é uma concepção de ensino à contramão do interesse social do qual a educação não pode estar dissociada.

Diferente da lógica social-liberal presente no “PL da UNE” de 2006, a autocrítica da UNE permitiu que fosse proposto em 2009 um novo conjunto de valores e ações a partir do PL 5175/2009, com um viés muito mais progressista. Neste novo texto são retomados pontos da Reforma Universitária da década de 1960. Dentre elas, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de corrigir outros pontos do PL 7200/2006. Este projeto evoca, para a efetiva existência da autonomia universitária, a aplicação de

75% dos recursos com o ensino na Educação Superior, além da existência de 10% do PIB destinados à educação o que é bastante significativo, mesmo que ainda esteja aquém do praticado em outros momentos como os 12,75% no Governo de João Goulart.

No mesmo PL 5175/2009, se destaca também a existência de representação paritária nos órgãos colegiados e a participação da sociedade civil, com as “Câmaras Comunitárias”, além da liberdade de representação sindical e estudantil, significando outro avanço considerável sobre a visão da universidade, a partir da percepção imprescindível da participação popular como a legitimadora do funcionamento e dos rumos cotidianos da vida acadêmica.

O seu Art. 22 consagra o objetivo do Brasil chegar em 2020 com, pelo menos 60% de vagas gratuitas no ensino superior, além de criar mecanismos democráticos que venham a substituir o caráter meritocrático do vestibular, além de política de reservas de vagas e criação de ações afins para ampliar a entrada ao Ensino Superior aos que vierem do Ensino Público.

Para o Movimento Reinventar, só haverá idoneidade na proposição sobre a Reforma Universitária quando houver independência crítica e propositiva de um coeso movimento estudantil. Entendemos que a agenda de classe e nacional deve ser a condutora do debate sobre o projeto de universidade para o país, a partir da premissa central de que o povo não é apenas o beneficiário, mas o condutor no processo de formação e desenvolvimento da universidade na construção de um país sólido, calcado nos princípios de igualdade, fraternidade, solidariedade e justiça social.

Não será com projetos pontuais, que haverá a plena democratização da universidade, pois tais programas governamentais não enfrentam a fundo o caráter excludente e conservador de uma universidade elitista e antinacional. Sem dúvidas, atualmente a universidade brasileira, na condição de um aparelho privado da sociedade civ-

il, é o reflexo inegável da hegemonia da classe dirigente, impondo sua agenda à frente dos interesses nacionais e populares.

Logo, a universidade de hoje não atende às demandas do povo, pois ela, sem dúvidas, é a formadora, a reprodutora e a legitimadora da hierarquia social presente no sistema capitalista, assegurando a forte disparidade entre as classes sociais. Tamanha disparidade precisa ser enfrentada à altura, com ousadia, organização, planejamento e com a unidade popular, na promoção de um projeto de Reforma Universitária à serviço do povo brasileiro. Assim, a Reforma Universitária que defendemos consiste, em linhas gerais, a partir de algumas premissas centrais:

- 1) Universidade que não cumpre a missão de dialogar com a população jamais poderá exercer sua função social em toda plenitude.
- 2) A representação paritária nos colegiados das universidades públicas e privadas somente faz sentido a partir da liberdade plena de organização dos sindicatos e das entidades estudantis dentro das universidades, somada à inserção popular na comunidade acadêmica.
- 3) A autonomia universitária somente terá sentido e razão de ser quando a universidade, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estiver integrada no desenvolvimento nacional, atrelado à melhoria das condições de vida da população.
- 4) A universidade brasileira precisa ser partícipe, a partir da extensão, no combate intransigente ao analfabetismo – com certeza, um dos males maiores que impedem a plena soberania popular.
- 5) É necessário um projeto nacional integrado de ensino a partir da educação em tempo integral, nos moldes do que pregava Darcy Ribeiro, e de uma universidade popular. Enquanto isto não ocorrer as cotas devem servir como meio para correção das graves distorções sociais.

“Eu boto fé na fé da moçada!”

Por Tássia Bastos (Diretora da UNE)

Naquele dia entrei em cerca de 40 salas de aulas. Eu e colegas que compunham o DCE que eu presidia começamos a falar com os estudantes nos corredores, nas salas, na cantina... Aquele foi meu primeiro dia do estudante como presidente do diretório que representa todos os estudantes da faculdade que eu escolhi estudar. Os seguranças nos impediram de distribuir o informativo porque “era contra a política de marketing da instituição”. Os panfletos apontavam os problemas da faculdade e estavam sendo entregues por estudantes que conhecem os problemas, vivem os problemas e queriam ajudar a resolvê-los. Deve ser por isso que se caracterizavam como “contra a política de marketing da instituição”.

Em âmbito geral, as falhas na educação, ou em âmbito local, as falhas em determinado curso em determinada instituição de ensino, e vividas por nós, são problemas nossos. Cabe aos gestores, resolvê-los. E quando os gestores não se esforçam em resolvê-los, de quem continua sendo o problema? Quem continuará enfrentando-os no dia a dia? Os estudantes. Então de quem é a luta? De quem o dever de cobrar, reivindicar? Seu, caro estudante!

Depois de muitas falas, e muito escutar os problemas que faziam dos estudantes jovens insatisfeitos com sua vida acadêmica, comecei a me perguntar: todos os estudantes escolheram suas faculdades ou era o que tinha pra eles? Se tivesse vaga pra todo mundo em instituições públicas, as faculdades particulares continuariam a tratar a educação como mercadoria ou eles buscariam a qualidade do ensino, professores qualificados, estrutura de primeira? De quem é a culpa?

As faculdades gastam fortunas em publicidade. Nas cidades do Brasil, um outdoor parece querer engolir

o outro, elas investem em propagandas de TV cinematográficas... na sala de aula 60 estudantes dividem o mesmo ar, o mesmo professor, a mesma confusão. Na volta pra casa, eles dividem o mesmo fétido ônibus lotado, o mesmo engarrafamento, a mesma vontade de não voltar mais. No estacionamento dessas faculdades, alguns dividem o mesmo problema de falta de vagas e até mesmo o ladrão que, volta e meia, surge, armado, para lhes roubar o celular. Essa é a realidade vivida por estudantes brasileiros. Sorte daqueles que podem escolher.

Rebeldes, revolucionários, loucos, inconsequentes, imaturos... são muitos os adjetivos dados aos estudantes, são poucos os que, de fato, conhecem a história dessa classe. Alguns, ao criticar, fingem não lembrar as grandes conquistas estudantis como a derrubada de um Presidente da República. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de estudantes porque tentavam se organizar e eles nunca desistiram. Os estudantes de hoje precisam honrar os estudantes do passado. Foi um passado difícil, um passado ditador. Mas foi também, um passado de vitórias, de heranças, de histórias.

Precisamos nos organizar e gostar da luta. A luta não é um trabalho gratuito, é o trabalho que paga melhor. Paga com um futuro digno.

**“Eu boto fé na fé da moçada
que segue em frente e
segura o rojão”**

Precisamos nos entender enquanto classe e enxergar o nosso papel na sociedade agora enquanto ainda somos estudantes, essa é a hora, não deixe pra depois!



CONTATO

E-mail: reinventar.org@gmail.com

Blog: reinventarorg.wix.com/movimento